



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Instituto Estadual do Ambiente  
Serviço de Controle Predial

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1 - DO OBJETO -

1.1 **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E DEVIDAMENTE CREDENCIADA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS CLASSE II, COM COMODATO DE CACAMBAS DE 1,2 M³.**

### 2 – DA JUSTIFICATIVA -

Em conformidade com as Portarias COMLURB nº 007 e 008 de 2024, bem como com as normas técnicas e ambientais correlatas, esclarece-se que a Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB não realiza a coleta de resíduos inertes, razão pela qual compete à Administração a contratação de empresa especializada, devidamente credenciada e habilitada, para a execução dos serviços de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada desses resíduos.

Dessa forma, o serviço em questão caracteriza-se como de natureza contínua, tendo em vista a necessidade regular e permanente de retirada dos resíduos gerados, a fim de evitar acúmulo indevido, bem como prevenir riscos ao meio ambiente, à saúde pública e à operacionalidade das unidades atendidas.

Ressalta-se, por fim, que a destinação final dos resíduos deverá ocorrer exclusivamente em locais devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes, em conformidade com a legislação vigente, garantindo a adequada gestão dos resíduos e a mitigação de impactos ambientais, nos termos da Lei nº 12.305/2010.

### 3 – INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO -

Número	Data	ID SIGA
243200/2025/00100	30/12/2025	165114

### 4 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E ESCOPO -

4.1 Os produtos cotados deverão atender às condições de exatidão de todas as especificações e padrões solicitados, descritos neste quadro de especificações do presente Termo de Referência.

4.2 Objeto da demanda, segundo o catálogo de matérias e serviços do Sistema Integrado de Gestão de Aquisições do Estado do Rio de Janeiro (SIGA) é contemplado com a seguinte descrição:

ID SIGA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
155284	SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO, DESCRICAO: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E DEVIDAMENTE REGULARIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS, TIPO SERVICO: COLETA DE LIXO EXTRAORDINARIO, ORIGEM: PESSOA JURIDICA	SERVIÇO	1
165180	SERVICOS DE COLETA DE LIXO, DESCRICAO: CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA E DEVIDAMENTE REGULARIZADA PARA PRESTACAO DE SERVICO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS, TIPO SERVICO: COLETA DE LIXO RECICLADO, ORIGEM: PESSOA JURIDICA	SERVIÇO	1

#### **4.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS - SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CLASSE II, ORGÂNICO E RECICLÁVEL**

4.3.1 Os serviços serão executados pela CONTRATADA, conforme padronização determinada pela COMLURB e dessa forma classificados como: “Resíduos Sólidos Extraordinários e Resíduos Recicláveis, classe II;

4.3.2 A execução deverá prosseguir conforme o PLANO DE COLETA do INEA, estabelecido em conformidade às diretrizes e autorizações de descarte ajustados com a COMLURB, que serão de responsabilidade técnica, legal e operacional da CONTRATADA;

4.3.3 Caberá à ACONTRATADA a total responsabilidade pela mão de obra utilizada necessária à plena execução dos serviços relacionados, não havendo nenhuma vinculação exclusiva ao INEA;

4.3.4 A coleta do lixo extraordinário (grupo D) será realizada 03 (três) vezes por semana, em dias alternados e deve ser realizada em horário compatível com a legislação municipal, de acordo com a Companhia de Engenharia de Tráfego – CET Rio ou outro órgão municipal e de acordo com as necessidades da CONTRATANTE;

4.3.5 A coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis secos urbanos será realizada 01 (uma) vez por semana, mediante alcance do volume mínimo necessário.

4.3.6 Os resíduos serão acondicionados em dois containers, especificamente destinados a sua acomodação, que totalizarão uma capacidade mínima para conter volume de resíduos sólidos:

- Para o lixo extraordinário, estima-se 30m³ mensais, que equivalem a uma capacidade mínima total de 30.000 L, ou aproximadamente 27 containers de 1.100 L.
- Para os resíduos sólidos recicláveis secos, estima-se 5m³ mensais, que equivalem a uma capacidade mínima total de 5.000 L, ou aproximadamente 4 containers de 1.100 L.

- Os containers serão fornecidos pelo contratante em perfeitas condições, e deverão ser preservados de tal forma, visando o bom andamento do serviço de coleta.

4.3.7 O lixo a ser colocado no container dedicado ao lixo extraordinário será originário da varrição dos escritórios, pátios, jardins, bem como resíduos alimentares, ficando expressamente proibido jogar qualquer outro tipo de resíduos que não se enquadre no grupo D (lixo extraordinário);

4.3.8 Os resíduos recicláveis a serem colocados no container dedicado ao mesmo, serão originários de plástico, folhas de papel, papelão, metal e vidro. E deverão estar limpos (secos) e bem embalados, provendo adequado manejo, ficando expressamente proibido jogar qualquer outro tipo de resíduo;

4.3.9 O aterro e as cooperativas/associações que serão responsáveis pela manipulação e destinação dos resíduos (extraordinário e/ou reciclável), deverão ser licenciados pelo competente órgão ambiental;

4.3.10 Os serviços prestados serão remunerados de acordo com o volume coletado mensalmente, estando inclusos, no valor unitário, todo e qualquer custo envolvido no processo: coleta, transporte e adequada disposição final.

#### **4.4. SERVIÇOS COMPREENDIDOS E OUTRAS PARTICULARIDADES:**

a) **Local do recolhimento:** O recolhimento dos resíduos deverá ser realizado na sede do INEA, sito à Avenida Venezuela, 110 - Saúde/RJ;

b) **Periodicidade:** item 4.3.4 e item 4.3.5. Posteriormente, após celebração do contrato, será alinhado os dias em específico da semana juntamente à FISCALIZAÇÃO;

c) **Equipamentos necessários:** A empresa contratada deverá recolher os materiais com veículo apropriado, podendo ser um veículo com carroceria metálica e fechada e/ou um veículo que possua equipamentos como poliguindaste, que prendem uma caçamba aberta para armazenar os materiais, caso haja necessidade.

Os locais onde serão executados os serviços deverão ser mantidos limpos e organizados. Após conclusão, deverão ser retirados todos os materiais, ferramentas e equipamentos, devendo-se manter a área livre dos resíduos provenientes dos serviços.

Os serviços serão prestados dentro dos parâmetros de qualidade e periodicidade estabelecidos, com emprego de pessoal, equipamentos, EPI's e material suficientes para assegurar plena eficácia na execução, sob inteira responsabilidade da empresa contratada, quer seja civil ou administrativa.

d) **Uniformes e EPIS:** Todos os profissionais alocados na prestação dos serviços descritos deverão atuar uniformizados e adequadamente identificados desde o 1º dia.

Todos os Equipamentos de Proteção Individual – EPI – deverão ser previamente avaliados e homologados para utilização pelo setor de SEGURANÇA DO TRABALHO da CONTRATANTE e assim serem disponibilizados em qualidade e quantidade previamente aprovados por aquele setor, bem como aprovados pelo setor de credenciamento da COMLURB.

### **5 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO -**

#### **5.1 Justificativa para o parcelamento ou não da contratação:**

5.1.1 Recomenda-se que a licitação seja estruturada por lote, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com as orientações da Resolução PGE nº 4.588/2020. A adjudicação por lote permite a consolidação de itens com características e finalidades semelhantes, favorecendo a padronização da execução contratual, a racionalização da gestão administrativa e a manutenção da economicidade, sem comprometer a competitividade do certame.

5.1.2 Adicionalmente, destaca-se que a adjudicação por lote permite a adequada reunião de itens com características e finalidades semelhantes, garantindo maior coerência técnica, padronização operacional e otimização da gestão contratual. Essa sistemática favorece a seleção de licitantes com capacidade plena para executar o conjunto de atividades integrantes de cada lote, assegurando melhor planejamento, controle e integração dos serviços, sem prejuízo à competitividade e à economicidade do certame.

#### **5.2 Dos Prazos e Locais de Serviço:**

5.2.1 O serviço deverá ser feito logo após a assinatura do Contrato e emissão da Nota de Empenho.

5.2.2 O serviço deverá ser realizado conforme edital e de acordo com as demandas solicitadas pelo setor de Serviço de Controle Predial - SERVCOP, localizado no Instituto Estadual do Ambiente - INEA situado na Avenida Venezuela, nº110 - Saúde/RJ- CEP:20081-312, sendo de responsabilidade da empresa contratada todos os custos inerentes ao frete, impostos, despesas diretas e indiretas.

5.2.3 O dia e horário da entrega deverão ser previamente agendados por intermédio de correio eletrônico: secop.inea@gmail.com, bem como por telefone celular (21) 99474-9531 com o servidor Gabriel, entre o horário de 09h às 18h de segunda-feira a sexta-feira.

#### **5.3 Pagamento:**

5.3.1 Os pagamentos serão feitos de forma **MENSAL** e a Nota Fiscal emitida será de serviço.

5.3.2 Em respeito ao disposto no Decreto nº 43.181 de 08 de setembro de 2011 que dispõe sobre pagamentos de Bens e Serviços de qualquer natureza prestados ao Estado do Rio de Janeiro, os pagamentos só poderão ser feitos, exclusivamente, pelo Bradesco por ser esta a instituição financeira contrata pelo Estado.

“Art. 1º - Os pagamentos de bens e serviços de qualquer natureza prestados aos Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Fundacional, do Poder Executivo, a partir do dia 02 de janeiro de 2012, serão realizados, exclusivamente, na instituição bancária denominada Banco Bradesco S/A.”

5.3.3 O pagamento será considerado pelo volume, em sacos de 100L e 200L acomodados dentro dos contenedores de 1.100L, incluindo todos os custos envolvidos na prestação dos serviços. O pagamento será mensal de acordo com a quantidade total coletada em litros no mês, conforme demonstrado no ANEXO I (114938707), considerando os dias de disponibilização dos contenedores por local da prestação dos serviços.

#### **5.4 Recebimento provisório e Definitivo:**

5.4.1 O recebimento provisório do objeto contratado será realizado no momento de sua entrega, seguindo os critérios e formalidades definidos para assegurar a conformidade do fornecimento com as exigências contratuais.

5.4.2 No ato da entrega, o objeto será submetido à verificação inicial para aferir sua adequação às especificações técnicas e condições previstas no termo de referência ou projeto básico. Essa análise, de caráter preliminar, não substitui a análise definitiva, mas é fundamental para identificar possíveis desconformidades evidentes ou incompatibilidades.

5.4.3 Caso sejam constatadas desconformidades ou pendências que impeçam o pleno cumprimento do objeto, a contratada será imediatamente comunicada, por meio de notificação formal, para que adote as medidas necessárias à regularização. Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que as adequações sejam realizadas e o objeto seja reapresentado para nova análise

5.4.4 Estando o objeto em conformidade com todas as especificações técnicas e condições de recebimento após essa verificação, será emitido o termo de recebimento definitivo, que permitirá o seguimento dos trâmites administrativos para a liquidação da despesa e pagamento à contratada.

## 6 – VIGENCIA DA CONTRATAÇÃO -

6.1 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, (Lei de Licitações e Contratos) e a outras legislações aplicáveis.

6.2 O contrato terá duração de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura e após sua publicação no PNCP.

## 7 - SETOR DEMANDANTE -

7.1 Órgão/Entidade: INEA - Instituto Estadual do Ambiente.

7.2 Unidade/Setor/Departamento: SERVCOP - Serviço de Controle Predial.

## 8 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR -

### **8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

**8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com a Lei 14.133/2021.**

8.1.2. A Lei 14.133/2021 estabelece duas modalidades principais: disputa aberta e disputa fechada, onde será aderido o modo de DISPUTA ABERTO.

### **8.2 Possibilidade de participação de consórcio:**

8.2.1 A participação, ou vedação, de empresas constituídas em regime de consórcio tem sua previsão instituída na forma do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, e é disciplinada conforme Resolução PGE nº 4.345/19 por meio da Nota Explicativa X.

Fazendo remissão ao Parecer nº 98/2018-FAG, temos que “no processo administrativo a participação ou vedação de consórcio deve obrigatoriamente ser objeto de motivação específica pelo gestor, justificando a decisão à luz do objeto e das características daquele mercado”.

**Resta, então, entendido que a participação, ou vedação, de empresas em regime de consórcio no procedimento licitatório está no âmbito discricionário do Administrador, conforme se depreende do caput do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a quem cabe avaliar a conveniência e a oportunidade em torno da admissão ou não de consórcios, em face do vulto e/ou complexidade técnica do objeto do certame.**

No entendimento da Egrégia Corte de Contas da União:

*“Acórdão 1711/2017-Plenário: A decisão da Administração de permitir a participação de empresas sob a forma de consórcio nas licitações deve ser devidamente motivada e não deve implicar a proibição da participação de empresas que, individualmente, possam cumprir o objeto a ser contratado, sob pena de restrição à competitividade”.*

Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado ou a complexidade do objeto torna problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuser de condições para participar da licitação – o que não é o caso concreto.

Sem querer ser prolixo, temos que, conforme linhas anteriores, o presente procedimento tem como objeto a contratação de serviço comum, que é de técnica usual para o mercado, o que está em perfeita harmonia com o entendimento acima posto.

Vide, ainda, que a possibilidade de aglutinação de empresas em regime de consórcio acarretaria no efeito de que a competitividade, neste caso, viria a diminuir e, ato contínuo, impossibilitaria a Administração a auferir condições mais vantajosas para a pretensa contratação.

Na razoável reflexão do Professor Marçal Justen Filho:

*“É usual que a administração pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões e complexidade do objeto ou as circunstâncias concretas exijam a associação entre particulares”.*

A ausência de participação de empresas em regime de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

Endossando o parágrafo anterior, esse é o entendimento do TCU:

GRUPO II - CLASSE VII – Plenário TC 029.420/2015-6

REPRESENTAÇÃO. SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO. COMPROVAÇÃO FÁTICA DE AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À COMPETITIVIDADE E DE VANTAJOSIDADE ECONÔMICA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE. IMPROCEDÊNCIA.

A participação de empresas em consórcio não implica necessariamente incremento de competitividade, podendo, eventualmente, ter o efeito oposto, limitando a concorrência devido à diminuição do número de empresas de porte interessadas por integrarem um mesmo consórcio (Acórdãos 1.072/2005, 1.591/2005, 1.417/2008 e 1.165/2012, do Plenário, e 2.813/2004 e 4.206/2014, da Primeira Câmara). Então, neste caso, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes e ao aferimento de condições (economicidade e eficiência) que atendam o interesse público, veda a participação de empresas constituídas na forma de consórcio.

Tal decisão é razoável, necessária e adequada, tendo em vista que esta tem o condão de exatamente afastar a restrição à competição e, consequentemente, proporcionar maior eficiência e economicidade ao ato.

### **8.2.2 Possibilidade de participação de cooperativa:**

**8.2.2.1** Em regra, a participação de cooperativas é permitida conforme art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, contudo deverá ser observada a Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União que diz:

“é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade”

Desta forma, fica vedada a participação de empresas constituídas em cooperativa.

### **8.2.3 Possibilidade de Subcontratação:**

8.3.3.1 Os serviços constantes neste termo de referência com as devidas especificações não poderão ser subcontratados, devendo ser executados por pessoal próprio da CONTRATADA, que deverá ser a única responsável por sua boa execução, conforme art. 122 da Lei 14.133/2021.

§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

## **9 – FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA -**

### **9.1. Prazo de Validade, condições da proposta:**

9.1.1. A proposta deverá ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias a contar da sua emissão e indicar valores unitários e totais para cada item ofertado.

9.1.2. O modo de disputa deverá ser aberto, onde o licitante deverá dar seus lances públicos, conforme art 56, inciso I, alínea a, pois o critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR LOTE.

## **10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA -**

10.1 A CONTRATADA, além da disponibilização de mão-de-obra, dos materiais, dos insumos, do ferramental, dos equipamentos e dos utensílios em quantidades e qualidade necessários à boa, plena, perfeita e completa execução dos serviços de operação, manutenção e assistência técnica e demais atividades correlatas, distribuídos regularmente, obriga-se as seguintes responsabilidades genéricas:

10.1.1. Facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

10.1.2. Tomar todas as providências para o cumprimento das Leis, Regulamentos, Normas Técnicas, bem como das Normas sobre Segurança e Medicina do Trabalho, relativas à execução do objeto do Contrato;

10.1.3. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, cumprindo disposições legais que interfiram em sua execução, destacando-se a legislação ambiental;

10.1.4. Consultar o fiscal do Contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos, submetendo, em tempo hábil, quaisquer problemas que possam implicar alterações quanto à execução do trabalho;

10.1.5. Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica no ato do recebimento da autorização de execução dos serviços ou início da vigência contratual, preposto(s) para representar administrativamente, sempre que for necessário, e habilitado a responder pela CONTRATADA a qualquer indagação sobre os serviços executados, com indicação de nome, qualificação, endereço jurídico e eletrônico, e número de telefone. O preposto deverá responder aos questionamentos encaminhados pelo Inea por meio de correspondências eletrônicas (e-mail), no prazo de 2 (dois) dias úteis ressaltando que os referidos e-mails serão inseridos no processo eletrônico de fiscalização.

10.1.6. Executar os trabalhos de forma a garantir os melhores resultados, otimizando a gestão de seus recursos – quer humano, quer material – com vistas à qualidade dos serviços à satisfação do Inea, praticando produtividade adequada aos vários tipos de trabalhos, utilizando sinalização quando cabível.

10.1.7. Acatar as exigências da Fiscalização quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e quantidade dos materiais e, ainda, a imediata correção de deficiências alinhadas quanto à execução dos serviços contratados;

10.1.8. Apresentar e manter os empregados adequadamente uniformizados num só padrão e identificados de forma condizente com o serviço a executar;

10.1.9. Zelar para que sejam cumpridas as normas internas do Inea relativas à segurança e a prevenção de acidentes e outras normas afetas diretamente à execução dos serviços;

10.1.10. Corrigir todos os erros e falhas verificados nos serviços executados, nos prazos estabelecidos pelo Termo de Referência e pelo Fiscal do Contrato, sem ônus para o Inea e sem prejuízo das sanções cabíveis;

10.1.11. Responsabilizar-se pelo transporte, por meios próprios, dos prestadores de serviços até as dependências do Inea, e vice-versa, em casos de paralisação dos transportes coletivos;

10.1.12. Instruir os empregados quanto à necessidade de acatar as orientações do Inea e manter a disciplina nos locais de serviço;

10.1.13. Orientar os empregados que é vedado trabalhar sem os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's obrigatórios nas instalações do Inea;

10.1.14. Comunicar, por meio de exposição escrita ou eletrônica, imediatamente, qualquer dano ou anormalidade que causar ou constatar no patrimônio do Inea, pela execução dos seus serviços;

10.1.15. Apresentar justificativas e/ou adotar as providências por qualquer dano causado por seus empregados ao patrimônio do Inea, ou de terceiros, ainda que decorrente omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas.

10.1.16. Atender todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, inclusive o transporte, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os empregados durante a execução dos serviços, ainda que acontecido em dependência do Inea;

10.1.17. Garantir que o profissional responsável técnico indicado realize a supervisão dos serviços objeto deste Termo de Referência;

10.1.18. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto desta contratação, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas e da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.1.19. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação durante todo prazo de execução contratual;

10.1.20. Responsabilizar-se, na forma do Contrato, pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelos responsáveis pela fiscalização da execução do contrato, assim como pelo refazimento do serviço e a substituição dos materiais recusados, sem ônus para a CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

10.1.21. Indicar, à CONTRATANTE, um empregado que será preposto, o qual será o responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços descritos no item 1 deste Termo de Referência;

10.1.22. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- b) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;
- d) Instruir seus empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios, poluição e de impactos ambientais;
- e) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades objeto do presente termo de referência.

10.1.23. Coletar e transportar corretamente os resíduos sólidos orgânicos e recicláveis gerados nas dependências do Inea, obedecendo à legislação ambiental vigente e às normas de manejo de resíduos;

10.1.24. Separar os resíduos por categoria (orgânicos, recicláveis, perigosos, etc.), garantindo que não haja contaminação cruzada entre os tipos de lixo;

10.1.25. Utilizar equipamentos adequados (luvas, uniformes, máscaras, carrinhos, contentores e veículos específicos) para a coleta, armazenamento e transporte dos resíduos, garantindo segurança e higiene;

10.1.26. Manter registro diário da coleta e destino dos resíduos, apresentando relatórios periódicos à CONTRATANTE, contendo volume coletado, destino final e comprovação de destinação ambiental adequada;

10.1.27. Assegurar que os resíduos sejam destinados a empresas licenciadas para reciclagem, compostagem ou disposição final adequada, conforme legislação ambiental aplicável;

10.1.28. reinar e orientar todos os empregados quanto às normas de segurança, higiene, uso de EPI's e procedimentos corretos de separação e coleta de resíduos;

10.1.29. Adotar medidas para evitar odores, proliferação de pragas e contaminação do ambiente durante a coleta, transporte e armazenamento temporário dos resíduos;

10.1.30. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente ambiental, extravasamento, acidente ou irregularidade na coleta e destinação dos resíduos, adotando providências corretivas dentro do prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;

10.1.31. Promover a redução do desperdício, incentivando a coleta seletiva, reutilização e reciclagem sempre que possível, com foco em sustentabilidade ambiental e cumprimento das políticas de gestão de resíduos do Inea;

10.1.31. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer recipiente, equipamento ou veículo utilizado na coleta que apresente defeito ou não esteja em condições adequadas de uso;

10.1.32. Em caso de descumprimento dos subitens acima, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades descritas neste termo de referência, no contrato e no edital.

## **11 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE -**

11.1. Fiscalizar como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato;

11.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um ou mais representantes especialmente designados;

11.3. Disponibilizar o local e os meios adequados para execução dos serviços, com local para guarda dos materiais, ferramental, insumos e equipamentos;

11.4. Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;

11.5. Documentar e notificar, por meio de comunicação impressa ou eletrônica, à Contratada, ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização;

11.6. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar as tarefas;

11.7. Exercer fiscalização sobre os registros nas carteiras profissionais e demais documentos, requisitando as comprovações pertinentes;

11.8. Não permitir que pessoas estranhas à Contratada examinem ou provoquem qualquer alteração nos serviços do presente objeto;

11.9. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do contrato;

11.10. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados em Contrato.

## **12 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -**

12.1 A competência de indicação da dotação orçamentária é da Assessoria de Planejamento e Gestão (ASSPLAN) subordinado à Diretoria Executiva e de Planejamento (DIREX).

## **13 - NORMAS TÉCNICAS E LEGISLAÇÕES -**

13.1 O serviço deverá ser executado seguindo-se todas as recomendações das Normas Técnicas e da legislação vigente.

13.2 Durante a elaboração dos serviços, a CONTRATADA deverá:

a) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato e;

b) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o encerramento definitivo dos serviços.

## **14 - VISTORIA TÉCNICA -**

14.1 A LICITANTE poderá visitar os locais para o perfeito conhecimento, avaliação e dimensionamento das condições existentes, obtendo na ocasião a DECLARAÇÃO DE VISTORIA fornecida e assinada pelo respectivo representante do INEA.

14.2 A visita deverá ser feita em até 01 (um) mês antes da data prevista da licitação, com o objetivo de conhecer o local e as condições para a prestação dos serviços, objeto desta licitação.

14.3 A LICITANTE ao apresentar a proposta, considerar-se-á como tendo vistoriado todas as instalações assinaladas. Entende-se com vistoria a constatação de fatos nos imóveis, mediante exame circunstanciado dos elementos que o constituem, objetivando uma avaliação precisa dos serviços e materiais necessários.

14.4 A vistoria constitui direito da LICITANTE, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, não podendo alegar desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação.

14.5 O agendamento para a realização da vistoria deverá ser feito com o Serviço de Controle Predial do INEA, por meio do telefone (21) 2334-9466 e/ou (21) 96502-4994, no horário de 10h às 12h e 14h às 16h.

## 15 – DAS PENALIDADES -

15.1 A CONTRATADA estará sujeita às regras gerais sobre infrações e sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, e especificamente à:

15.1.1. A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida;

15.3 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas, assegurar se há o direito ao contraditório e à ampla defesa;

## 16 - REQUISITOS MÍNIMOS PARA EXECUÇÃO -

### 16.1 Qualificação Econômico-Financeira:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, no caso de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, no caso de pessoa física ou sociedade simples.

- Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis relativas aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

- Os documentos referidos no item anterior limitar-se-ão ao último exercício social, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

- As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação, podendo substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

- Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial, deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial homologado pelo juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.

- Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante a apuração de índices contábeis iguais ou superiores a 1 (um), quais sejam: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$*LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da contratação.

- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### 16.2 Habilitação Jurídica:

- Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio.

- Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

- Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria.

- Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

- Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, demonstrando que a sua constituição e funcionamento observam as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764/1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009.

### 16.3 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

16.3.1 Para fins de habilitação, o licitante deverá comprovar sua regularidade fiscal, social e trabalhista mediante a apresentação dos seguintes documentos:

#### a) Cadastro e Inscrição

I – Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

II – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III – O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros estadual e municipal, sendo suficiente a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI).

#### b) Regularidade Fiscal Federal

I – Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

#### c) Regularidade com o FGTS

I – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

#### d) Regularidade Trabalhista

I – Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

II – Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

#### e) Regularidade Fiscal Estadual (Estado do Rio de Janeiro)

I – Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com efeito de Negativa), expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda;

II – Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa (ou Positiva com efeito de Negativa), expedida pela Procuradoria-Geral do Estado, para fins de participação em licitação.

#### f) Regularidade Fiscal Estadual e Municipal (domicílio ou sede do fornecedor)

I – Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com efeito de Negativa) perante o Fisco estadual, relativa ao ICMS e à Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta;

II – Certidão Negativa de Débitos (ou Positiva com efeito de Negativa) do ISS;

III – Declaração de isenção de tributos estaduais ou municipais, quando aplicável, emitida pela Fazenda competente do domicílio ou sede do fornecedor.

#### g) Tratamento Diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)

I – Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação fiscal e trabalhista será exigida apenas para efeito de assinatura do contrato, caso a empresa se sagre vencedora no certame;

II – Em caso de débitos fiscais ou trabalhistas, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das certidões correspondentes, nos termos do art. 42, § 1º, da LC nº 123/2016;

III – O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública;

IV – O não atendimento ao prazo estipulado implicará na decadência do direito à contratação, na forma do art. 42, § 2º, da LC nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório

### 16.4 Reajuste de preços:

16.4.1 Os preços contratados poderão ser reajustados conforme previsto no art. 134 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que ela se referir.

16.4.2 O reajuste será aplicado mediante índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

### 16.5 Garantia:

16.5.1 A Lei nº 14.133/2021 estabelece a garantia de execução contratual (art. 96), que tem como objetivo assegurar o cumprimento das obrigações do contratado e pode ser exigida para obras, serviços e fornecimentos de maior risco ou complexidade.

16.5.2 A garantia contratual será de 5%.

16.5.3 A CONTRATANTE se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas à contratação, podendo recorrer a esta inclusive para cobrar valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

#### 16.6 Qualificação técnica:

16.6.1. O licitante classificado em primeiro lugar deverá comprovar sua capacidade técnica mediante a apresentação de, no mínimo, 04 (quatro) atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação.

Dentre os atestados exigidos, deverão ser apresentados, no mínimo, 02 (dois) atestados referentes à execução de serviços de coleta de resíduos orgânicos e 02 (dois) atestados referentes à execução de serviços de coleta de resíduos recicláveis, devendo todos demonstrar compatibilidade em características, quantitativos e níveis de complexidade com o objeto licitado.

16.6.2. Quando solicitado pelo pregoeiro ou pela equipe de apoio, o licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à verificação da autenticidade e legitimidade dos atestados apresentados, inclusive mediante o fornecimento de cópia dos contratos correspondentes, dados de contato da contratante, endereços dos locais de execução e demais documentos comprobatórios.

16.6.3. Para fins de habilitação técnica, o licitante deverá apresentar os seguintes documentos e comprovações:

- a) Alvará de Funcionamento Municipal válido, emitido pelo órgão competente.
- b) Atestado(s) de capacidade técnica operacional, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos e/ou recicláveis, de natureza e vulto compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.
- c) A visita técnica será facultativa, podendo ser apresentada declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto.
- d) Comprovação de regularidade cadastral e licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente, bem como indicação de responsável técnico habilitado e registrado em conselho de classe (CRQ, CREA ou CRMV, conforme aplicável), responsável pela execução e acompanhamento dos serviços.
- e) Certificado de credenciamento emitido pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana – COMLURB, ou órgão equivalente, que autorize a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, conforme a legislação vigente.
- f) Licença ou Autorização Ambiental válida, emitida pelo órgão ambiental competente, que habilite a empresa para o exercício das atividades de coleta, transporte, armazenamento temporário e destinação final de resíduos sólidos urbanos e recicláveis.
- g) Declaração formal de que dispõe de frota própria ou contratada de veículos e equipamentos em perfeitas condições operacionais, devidamente registrados, licenciados e em conformidade com as normas ambientais e de trânsito, aptos à execução dos serviços.
- h) Comprovação de inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras – CTF/APP do IBAMA, conforme determina a legislação ambiental vigente.
- i) Comprovação de capacitação e treinamento dos condutores, coletores e demais trabalhadores envolvidos, referentes a normas de segurança do trabalho, transporte de resíduos e manuseio de materiais recicláveis e não recicláveis, em conformidade com as normas da ABNT, do Ministério do Trabalho e do CONAMA.
- j) Relação detalhada dos veículos e equipamentos que serão utilizados na execução do contrato, contendo modelo, capacidade de carga, tipo de combustível, número do chassi, placa, data de fabricação e indicação de que atendem aos requisitos ambientais e de segurança vigentes.
- k) Comprovação de local ou unidade de triagem, armazenamento e destinação de resíduos, devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, ou contrato formal com empresa licenciada responsável por tais etapas.
- l) Comprovação de atendimento às normas da ABNT NBR 12.980/2013, NBR 10.004/2004 e demais normas técnicas aplicáveis à coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos urbanos e recicláveis.

#### 17 – DISPOSIÇÕES GERAIS -

17.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (110039430).

17.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

#### 18 - CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO SIGILO -

18.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas no presente Termo de Referência **DEVERÃO ESTAR DISPONÍVEIS** para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

**Atestamos que este Termo de Referência possui todos os elementos e parâmetros indicados no artigo 17 do Decreto estadual nº 48.816/2023, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários.**

Gabriel Sampaio Troccoli Siqueira  
Chefe de Serviço de Controle Predial  
5127637-2  
Resp. pela elaboração e demanda

e

Dominique Peres Galiasso  
Gerente de Administração e Logística  
ID 51528590-8  
Resp. pela elaboração e demanda

Rio de Janeiro, 23 de março de 2026.





Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Sampaio Troccoli Siqueira, Chefe de Serviço**, em 23/03/2026, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dominique Peres Galiasso, Gerente**, em 23/03/2026, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#) e no art. 4º do [Decreto nº 48.013, de 04 de abril de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **128117926** e o código CRC **FEDBACE6**.

Referência: Processo nº SEI-070002/017941/2025

SEI nº 128117926

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312  
Telefone: